Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2009

Autoria: Câmara dos Deputados**Iniciativa:** Deputado Federal Júlio Delgado (PSB/MG)**Ementa:**

Altera o art. 2º da Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Fiscalização e Controle da Atividade Econômica**Data de Leitura:** 16/07/2009**Tramitação encerrada****Decisão:** Aprovada por Comissão em decisão**Último local:** -**Destino:** À sanção**Último estado:** 16/12/2009 - TRANSFORMADA EM
NORMA JURÍDICA**Despacho:****30/07/2009 (despacho inicial)**

null

Análise

(SF-CMA) Comissão de Meio Ambiente

Relatoria:**CMA - (Comissão de Meio Ambiente)****Relator(es):**

Senador Flexa Ribeiro (encerrado em 03/11/2009 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO**28/01/2010** SF-SARQ - Secretaria de Arquivo**Ação:** ARQUIVADO**22/12/2009** SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** Ofício SF nº 3183 de 21/12/09, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando para os devidos fins o incluso autógrafo sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 12.119, de 15 de dezembro de 2009 (fls. 53).

Ao Arquivo.

18/12/2009 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** Recebido neste órgão às 13:43 hs.**18/12/2009** SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Ação:** Continuação da Sessão Ordinária iniciada em 17/12/2009 - A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 299, de 2009, (nº. 1.036/2009, na origem), do Presidente da República, restituindo autógrafos da matéria, sancionada e transformada na Lei nº. 12.119, de 15 de dezembro de 2009.

À SEXP, para a devida comunicação à Câmara dos Deputados, e posterior remessa do processado ao Arquivo.

TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 73659

17/12/2009 SF-SGM - Secretaria Geral da Mesa

Ação: Encaminhado ao Plenário.

17/12/2009 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: À SGM, a pedido.

16/12/2009 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA LEI 012.119 DE 2009.
DOU - 16/12/2009 - Seção 1 - PÁG. 00001.
Sancionada em 15/12/2009.

02/12/2009 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Ofício SF nº 2779 de 01/12/09, à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando a mensagem SF nº 331/09, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 20 a 22).

Ofício SF nº 2780 de 01/12/09, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando a aprovação sem alterações, em revisão, do presente Projeto e o seu encaminhamento à sanção presidencial (fls. 23).

26/11/2009 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado o texto revisado (fls.19).

26/11/2009 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 10:10 hs.

25/11/2009 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA

Ação: 21:01 - A Presidência comunica ao Plenário que esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário.
Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o projeto vai à sanção.
À SEXP, para a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 62601

24/11/2009 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para interposição de recurso.

TRAMITAÇÃO

17/11/2009 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para interposição de recurso: 18/11/2009 a 24/11/2009.

16/11/2009 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Leitura do Parecer nº 2.072, de 2009-CMA, Relator: Senador Flexa Ribeiro, concluindo favoravelmente à matéria. A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Ofício nº 92, de 2009, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, da presente matéria. Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria em referência seja apreciada pelo Plenário. À SCLSF.

Publicado no DSF Páginas 59450

Publicado no DSF Páginas 59428-59433

12/11/2009 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Aguardando leitura do Parecer da CMA.

12/11/2009 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.

03/11/2009 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Reunida a Comissão, é aprovado o Projeto relatado pelo Senador Flexa Ribeiro (fls.10 a 14)

Encaminhado o Ofício nº 92/2009-CMA, do Senhor Presidente da Comissão, Senador Renato Casagrande, ao Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, comunicando a aprovação do Projeto (fl. 15).

03/11/2009 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da 36ª reunião da CMA, a realizar-se em 3/11/2009.

21/10/2009 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo Relator, Sen. Flexa Ribeiro, com minuta de parecer favorável ao projeto.

17/09/2009 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Ao Senador Flexa Ribeiro para relatar.

TRAMITAÇÃO

17/08/2009 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Esgotado o prazo regimental (último dia: 07/08/09), sem o recebimento de emendas o Projeto aguarda a designação de Relator.

17/07/2009 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Recebido na CMA neste dia. Aguardando abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas.

17/07/2009 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura.

À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.
À CMA.

Retificado no DSF Páginas 34341-34342

Publicado no DSF Páginas 34036-34041

16/07/2009 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Juntei, as fls. 10, legislação citada no Projeto.
Aguardando leitura.

16/07/2009 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 09 (nove) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLSF.

DOCUMENTOS

Autógrafo - PLC 146/2009

Data: 16/07/2009

Autor: Câmara dos Deputados

Local: null

Descrição/Ementa: Altera o art. 2º da Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos.

Avulso inicial da matéria

Data: 17/07/2009

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.

À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.
À CMA.

DOCUMENTOS

Relatório Legislativo

Data: 21/10/2009

Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

Local: Comissão de Meio Ambiente

Ação Legislativa: Devolvido pelo Relator, Sen. Flexa Ribeiro, com minuta de parecer favorável ao projeto.

Avulso de parecer

Data: 16/11/2009

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura do Parecer nº 2.072, de 2009-CMA, Relator: Senador Flexa Ribeiro, concluindo favoravelmente à matéria. A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Ofício nº 92, de 2009, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, da presente matéria. Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria em referência seja apreciada pelo Plenário. À SCLSF.